



NOTAS SOBRE O PAPEL DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SABER GEOGRÁFICO NO BRASIL ¹

Luciene Pereira Carris Cardoso*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

lucienecarris@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo pretende analisar a contribuição da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para o reconhecimento do território brasileiro e a promoção do desenvolvimento do saber geográfico no Brasil. A entidade apresentava-se como um espaço de sociabilidade reunindo diversos intelectuais, políticos e cientistas.

PALAVRAS-CHAVE: Território – Brasil – Sociedades geográficas.

ABSTRACT: The present article analyzes the contribution of the Rio de Janeiro Geographical Society to the acknowledgement of the Brazilian territory and to the spread of geographical acquaintance across the country. This entity played a relevant rule promoting the social reunion of intellectuals, politicians and scientists.

KEYWORDS: Territory – Brazil – Geographical Societies.

Diversos estudiosos ressaltam que o processo de implementação do saber geográfico no Brasil só se acelerou, a partir de 1930, fruto das transformações políticas, econômicas e sociais que o país atravessava. No seu entender, a geografia enquanto ciência só se institucionalizou com a criação das primeiras universidades brasileiras no Rio de Janeiro e em São Paulo, seguido pelo estabelecimento do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Associação dos

¹ O presente artigo corresponde a uma parte do primeiro capítulo da tese de doutorado: **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945)**, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação da Prof. Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Agradeço o apoio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj).

* Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

Geógrafos Brasileiros. Em que pese a defesa da formação do campo científico, esses especialistas pouco valorizam as atividades ou práticas geográficas desenvolvidas até então.

Tal noção foi desenvolvida por José Veríssimo da Costa Pereira, autor de um texto pioneiro sobre a trajetória da disciplina, desde o século XVI até meados do século XX, publicado na obra organizada pelo educador e sociólogo Fernando de Azevedo **As ciências no Brasil** (1955). Veríssimo examina as diversas iniciativas de brasileiros e de estrangeiros, as narrativas de viajantes e de naturalistas, além do trabalho das “comissões exploratórias” e de instituições, como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Norteados por uma visão europocêntrica, José Veríssimo da Costa Pereira atribui o desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil à contribuição de estrangeiros, devido às atividades nas áreas de geologia, mineralogia, botânica e zoologia. Esses indivíduos deixaram alguns “subprodutos”, que de uma maneira ou de outra auxiliaram a ampliação dos estudos geográficos. No seu ponto de vista:



[...] o movimento geográfico que acudiu a Europa se espelhou no país na segunda metade do século XIX. Porém, faltou a criação do ensino geográfico em nível universitário. Não havia preparação técnica e científica, não sendo realmente frutuosa.²

José Veríssimo da Costa Pereira compartilha da visão de Fernando de Azevedo, de que a herança colonial cultural ibérica, sobretudo portuguesa, constituiu um entrave para o desenvolvimento da ciência no Brasil.³

Apesar de algumas manifestações esporádicas de atividades científicas no Brasil, o ambiente intelectual derivava da incorporação e do mimetismo de modelos teóricos europeus, o panorama transformar-se-ia somente em 1930 quando surgiram efetivamente as primeiras universidades e os grandes centros científicos. Seja como for, é inquestionável a contribuição de Fernando de Azevedo e de seus colaboradores para a historiografia das ciências no Brasil. A obra **As ciências no Brasil** é referência até hoje para os estudiosos e constituiu uma tradição historiográfica, uma vez que busca articular

² PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. (Org.). **As ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 369.

³ Cf. *Ibid.*, p. 19.

as atividades científicas e a conjuntura socioeconômica.⁴ Diversos especialistas compartilham da visão de “vazio científico”, segundo a expressão cunhada por Simon Schwartzman, ou da existência de um passado “pré-científico”, decorrente da abnegação das elites brasileiras em prol do progresso. Apoiado nas idéias de Fernando de Azevedo, Schwartzman identifica uma inabilidade nata dos brasileiros para a pesquisa científica. Defende, ainda, a noção da transferência de idéias científicas dos grandes centros europeus para os países periféricos, ignorando as intervenções locais.⁵

O geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes entende que a condição colonial periférica determinou a história das ciências no Brasil. Ao longo do século XIX, formou-se um ambiente marcado pela disseminação de um discurso geográfico impregnado por correntes teóricas vindas de fora e a alusão aos geógrafos europeus.⁶ Em 1822, com a emergência do Estado independente, elaborou-se um discurso sobre o território como referência da unidade nacional, pensamento que adentrou às primeiras décadas do regime republicano. Mas tal processo caracterizou-se pela dispersão do saber geográfico e pela falta de identidade disciplinar nas instituições de ensino superior existentes, tais como as faculdades de direito, de medicina e de engenharia, bem como nas comissões de fixação de fronteiras.

De acordo com Moraes, apenas no século seguinte, o surgimento das universidades e de outros centros especializados possibilitaria a demarcação de fontes para a história da geografia, o que não implica limitar as “ideologias geográficas” a tais espaços. Ele aponta dois caminhos de pesquisas que se cruzam, mas cujas tendências historiográficas se mostram distintas. A primeira constitui uma história das idéias geográficas voltada para os discursos e as reflexões sobre o território e a geografia, denominada pelos estudiosos de “pensamento geográfico”. A segunda modalidade refere-se a uma história da geografia como um campo disciplinar autônomo, caracterizada pela sua institucionalização.⁷

⁴ VERGARA, Moema Resende de. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas no Brasil no século XX. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 1, p. 22-31, jan./jun., 2004.

⁵ SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: MCT/ Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

⁶ MORAES, Antonio Carlos Robert de. Notas sobre identidade nacional e a institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 6-7, 1991.

⁷ Id. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 36-44.

Outra vertente apontada por Cristina Pessanha Mary leva em consideração as especificidades do saber geográfico desenvolvido ao longo dos Oitocentos, que buscou apurar a acepção da geografia e da história articulando-os ao processo da construção da nacionalidade. Nesta linha, situam-se certos estudiosos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a exemplo de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, de Manoel Luiz Salgado Guimarães e de Lília Moritz Schwarcz.⁸

De qualquer maneira, é necessário relativizar a idéia de que o campo científico só se constituiu a partir da criação dos cursos de geografia nas Faculdades de Filosofia, estabelecidas na década de 1930 e da fundação de instituições, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística. Mas essas iniciativas não implicaram no desenvolvimento automático da pesquisa. Em que pese a contribuição dos professores franceses para a formação do campo disciplinar nas universidades recém inauguradas, inclusive no Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística, preponderou uma concepção eminentemente prática da disciplina, marcada pela necessidade de responder às questões levantadas durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), sobretudo no âmbito da saúde, da educação e do trabalho. Caracterizado pela “modernização autoritária”, Vargas implementou uma política voltada para a ocupação e valorização do *hinterland* nacional, através de um discurso geográfico elaborado pelos intelectuais do regime. Sem pretender realizar uma análise reducionista deste período, ao que tudo indica, ainda prevalecia uma visão utilitarista da ciência insuflada pelo sentimento nacionalista.

Nas últimas décadas, certos estudiosos começaram a perceber a atividade científica como uma prática cultural e social, resultantes de variáveis internas e externas.⁹ A ciência passou a ser compreendida como uma atividade social, um produto

⁸ MARY, Cristina Pessanha. **A Sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o sonho de um império africano**. Tese. (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Ver os trabalhos de: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, 1995. Da mesma autora, ver também: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o IGHB e o Projeto de uma História Natural*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988; SCWARCZ, Lília Moritz. **Os guardiões de nossa história oficial, os institutos históricos e geográficos brasileiros**. São Paulo: Idesp, 1989.

⁹ DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. *A implantação das ciências no Brasil: um debate historiográfico*. In: ALVEZ José Jerônimo de Alencar. (Org.). **Múltiplas faces da ciência na Amazônia**. Pará: Universidade Federal do Pará, 2005, p. 33.

da história e dos processos que ocorreram no tempo e no espaço, e que mantém relações estreitas com as esferas do político, do social, do econômico e do cultural.¹⁰ A este exemplo, Carlos Ziller Camenietzki demonstrou que a sociedade colonial não deve ser analisada apenas como produtora de riquezas para a metrópole portuguesa, pois “[...] ela vivia com sua complexidade, produzia cultura e se inseria no conjunto dos domínios de Portugal com face própria”.¹¹ Ao analisar os estudos dos padres jesuítas Antônio Vieira e Valentin Stansel sobre as observações dos cometas na Bahia, identificou a presença de questões filosóficas e teleológicas contemporâneas correntes no Velho Mundo.¹² Conclui Carlos Ziller: “[...] existe quem considere inutilidade a inviabilidade se fazer ciência no Brasil. E aqueles que crêem não ter havido nada no Império português que se pareça com ciência antes da fundação desta ou daquela instituição”.¹³

Apoiada no estudo original de Juan Jose Saldaña, iniciou-se no Brasil uma revisão crítica da historiografia das ciências. Segundo Saldaña, ao invés de historiar as práticas científicas na América Latina, os estudiosos se limitaram a examinar a trajetória da ciência européia no continente.¹⁴ Na esteira desse raciocínio, Hebe Vessuri sublinha a necessidade de se romper com a visão universalista, à medida que entende ciência como sinônimo de cultura, “[...] sustentada por uma tradição existente, pode-se colocar uma série de problemas interessantes acerca de suas características em diferentes sociedades”.¹⁵ Por sua vez, Dominique Pestre redefine o significado das práticas científicas, recusando-se a aceitar a noção de ciência como conjunto de enunciados ou de proposições, sem problematizá-la. Assim, a atividade científica passa a ser compreendida como uma atividade local e contextual, e aqueles saberes tácitos (o saber-

¹⁰ FIGUEIRÔA, Sílvia F. Mendonça. Marcos para uma história das ciências no Brasil. In: **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 15-32.

¹¹ CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Problemas da história da ciência na época colonial: a colônia segundo Caio Prado Junior. In: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. (Org.). **Ciência em perspectiva: Estudos, ensaios e debates**. Rio de Janeiro: Mast/ SBHC, 2003, p. 102.

¹² Id. O cometa, o pregador e o cientista: Antônio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, n. 14, jul./dez., 1995.

¹³ Id. Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621-1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia. **Ideação**, Feira de Santana, n. 3, p. 175, jan./jun., 1999.

¹⁴ SALDAÑA, Juan José. Ciência e identidade cultural: história da ciência na América Latina. In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. Mendonça. (Org.). **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. Campinas/São Paulo: Unicamp/Imprensa Oficial, 2000, p. 11-32.

¹⁵ VESSURI, Hebe M. C. Los papeles culturales de la ciencia en los países subdesarrollados. In: SALDAÑA, Juan José. (Org.), **El perfil de la ciencia en America**. Quipu, México, n. 1, p. 9, 1986.

fazer ou as maneiras de fazer) tornam-se objetos de estudo. Também merece atenção especial o indivíduo que pratica as ciências: produto do meio social, ele participa de um determinado grupo e compartilha as suas idéias.¹⁶

Segundo a perspectiva clássica, a geografia brasileira oitocentista, por assim dizer, foi considerada como uma área do conhecimento pré-científica, freqüentada por diletantes e sem autonomia em relação aos grandes centros do Velho Mundo. Entretanto, pesquisas mais recentes ressaltam a importância de certos espaços institucionais como núcleos produtores de conhecimento, tais como os estudos sobre os museus de história natural, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Escola de Minas de Ouro Preto, a Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.¹⁷ Evidencia-se a preocupação que norteou tais espaços em desenvolver atividades de exploração dos recursos naturais, de pesquisas nas áreas agrícola e sanitária, bem como investigações no âmbito da etnografia. Havia o que podemos considerar um esforço de identificar os problemas nacionais e tentar resolvê-los, de modo a inserir o país no rol das nações civilizadas. De qualquer modo, o processo de institucionalização da ciência no Brasil trazia as marcas da Ilustração, com a valorização das ciências, com a participação dos intelectuais que incorporaram modelos do exterior e ao mesmo tempo procuraram adaptá-los e desenvolvê-los em consonância com a realidade nacional.¹⁸

Por outro lado, é certo que o movimento geográfico europeu sofreu uma série de transformações ao longo do século XIX. Aliás, o período seria marcado por grande efervescência, iniciada com a criação das primeiras cátedras de geografia nas

¹⁶ PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos IG-Unicamp**, Campinas, vol. 6, n.1, p. 16-19,1996. Neste artigo, Dominique Pestre desenvolveu um inventário das tendências da historiografia das ciências que atravessava a renovação similar da História dos Annales nos anos 30.

¹⁷ DANTAS, Maria Amélia Mascarenhas. As ciências na história brasileira. **Ciência e Cultura**, jan./mar. 2005, vol. 57, n.1, p. 26-29. Sobre as instituições brasileiras criadas, ver: CARVALHO, José Murilo de. **A escola de Minas de Ouro Preto, o peso da glória**. Belo Horizonte: UFMG, 2002; FIGUEIRÔA, Sílvia F. Mendonça, **Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. Campinas/São Paulo: Unicamp/Imprensa Oficial, 2000; LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. Os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997; DANTES, Maria Amélia M. (Org.). **Espaços da ciência no Brasil**. 1800-1930. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001; DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. **Ciência: um caso de política**. As relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil-Império, Tese. (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 1996; MARY, Cristina Pessanha. **A Sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o sonho de um império africano**. Tese. (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

¹⁸ FIGUEIRÔA, Sílvia F. Mendonça. Marcos para uma história das ciências no Brasil. In: **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 15-32.

universidades de diversos países. O primeiro passo foi dado pelo governo prussiano em 1874. Personalidades como Ferdinand Von Richthofen, Friederich Ratzel, e posteriormente Paul Vidal de La Blache, deixariam suas marcas nesse processo, com novos enfoques metodológicos que ajudaram a consolidar o campo profissional.¹⁹ O movimento se intensificaria com as grandes expedições e as explorações científicas direcionadas para devassar o interior dos continentes. O aparecimento de outros campos disciplinares também colaborou para essa nova geografia. As observações astronômicas e oceânicas, por exemplo, produziram a multiplicação de novos mapas cada vez mais precisos. O desenvolvimento dos serviços de estatísticas regulares, das ciências biológicas e das ciências sociais contribuiu com novos debates, reforçando o estudo das relações entre o homem e o meio.

É nesse momento que o interesse pelo conhecimento geográfico se consolidou, com o aparecimento de sociedades geográficas nas capitais européias e no novo continente, como bem demonstram as pesquisas de Horácio Capel. Na Europa, a multiplicação dos grêmios articulava-se à expansão colonial, à necessidade de se conhecer as colônias, de buscar novos territórios com interesse no intercâmbio comercial, na difusão da produção industrial e da cultura européia. Os estudos geográficos, por conseguinte, estavam a serviço dos interesses “imperialistas”, pois, a conquista de um território implicava também no reconhecimento de sua realidade.²⁰ Segundo Milton Santos, o saber geográfico colonial manteve uma dificuldade de se dissociar dos interesses do Estado: “a utilização da geografia como instrumento da conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular a um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa [...]”.²¹

O estabelecimento da Sociedade de Geografia de Paris em 1821, por exemplo, articulava-se à política expansionista colonial e econômica francesa, liderada pelo Duque de Richelieu. O grêmio parisiense manteve, desde sua fundação, laços estreitos com o poder. Sua revista especializada dedicou-se, principalmente, a relatar descobertas

¹⁹ Cf. Bernardes, Nilo. O pensamento geográfico tradicional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 44, vol. 3, p. 392-393, jul./set., 1982.

²⁰ MARY, Cristina Pessanha. *A Sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o sonho de um império africano*. Tese. (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p. 34.

²¹ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 31.

de novos territórios e a homenagem aos exploradores que beneficiavam o desenvolvimento da geografia francesa.

Inspiradas no modelo francês, várias associações foram fundadas no continente americano: a **Sociedad Mexicana de Geografia y Estadística** (1833), a **American Geographical Society** (Nova York, 1852), e a **Société de Géographie de Québec** (1877). Tais entidades possuíam características comuns, ou seja, pretendiam divulgar o conhecimento científico, por meio de intercâmbio de publicações, da participação em congressos, das trocas de correspondências congêneres estrangeiras, principalmente européias²². Porém, seus objetivos se direcionavam para organização dos espaços nacionais. Assim, semelhante às congêneres européias, também se tornavam instrumentos específicos a serviço do Estado, pois, as informações levantadas auxiliavam no reconhecimento do território. Mas, por outro lado, contribuía para a formação da identidade nacional das ex-colônias.²³

Fundada por iniciativa do Senador Manuel Francisco Correia, em 25 de fevereiro de 1883, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) tomava como modelo as congêneres européias. Até então, na capital do Império apenas duas entidades se voltavam para o estudo do território ocupado pela nação brasileira: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), estabelecido desde 1838, e a Seção Filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil (SGL), que desenvolveu atividades do lado de cá do Atlântico entre os anos de 1878 e 1888.

Com o objetivo de justificar a sua criação e legitimar o novo espaço de saber, os fundadores da instituição destacavam as diferenças entre a SGRJ e as duas associações supracitadas, sobretudo, o IHGB, que se salientava pela: “[...] complexidade de seus fins, e principalmente a maior concentração de sua atividade nos estudos históricos deixam manifesta a conveniência de se confiarem àqueles assuntos a uma associação especial”.²⁴ Por sua vez, a segunda instituição mencionada: “[...] preencheria

²² LÓPEZ-OCÓN, Leoncio. Les Sociétés de Géographie: un instrument de diffusion scientifique en Amérique Latine au début du XXe. Siècle. In: PETITJEAN, Patrick. (Org.). **Les Sciences Hors d'Occident au Xxe. siècle**. Paris: Orstom, p. 79- 85. O autor compara as atividades de cinco sociedades geográficas da América Latina, entre 1833 e 1933, recuperando a história institucional de cada uma delas: Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística, Instituto Geográfico Argentino, Sociedade de Geografia de Lima, Sociedade de Geografia de La Paz e Instituto Físico-Geográfico de Costa Rica.

²³ Ibid., p.83.

²⁴ SGRJ. Estatutos da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 1, n. 1, p. 191, 1885.

por si plenamente os fins acima expostos, se não subsistisse a circunstância de ser apenas uma seção da Sociedade de Geografia de Lisboa”.²⁵ Mas se olharmos atentamente, o pretendido conhecimento geográfico aqui produzido estaria atrelado a um projeto nacional, a uma idéia de nação.²⁶

Na verdade, o IHGB não negligenciava os estudos geográficos. Sua atuação estava intimamente ligada às demandas do projeto de construção de uma “memória nacional”, que oferecesse sustentação ao Estado monárquico.²⁷ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro participou, efetivamente, do desenrolar dessas questões colaborando na incessante busca de argumentos históricos e geográficos, que validassem o direito do Brasil sobre as regiões contestadas.²⁸ Missões especiais foram enviadas ao exterior, como no caso de Joaquim Caetano da Silva, encarregado de pesquisar nos arquivos holandeses a documentação dos limites do Brasil com a Guiana Francesa. Ao lado dessas investigações, intensificaram-se os trabalhos de campo por meio de comissões científicas, integradas por engenheiros e cartógrafos militares que levantaram os mapas das fronteiras. Foram firmados no Segundo Reinado, tratados de limites com o Uruguai em 1851, o Peru em 1851 e 1874, Colômbia em 1853, Venezuela em 1859, Bolívia em 1867 e o Paraguai em 1872. Todavia, os limites do Brasil com os países sul-americanos já tinham sido praticamente definidos. Defendia-se a doutrina da ocupação anterior, que permitia ao país manter a sua configuração territorial fixada no século XVIII.²⁹

Quanto à filial da Sociedade de Geografia de Lisboa existente no Rio de Janeiro, é importante observar que desde os tempos coloniais os portugueses procuravam preservar os costumes da mãe-pátria, através de valores culturais, da religião e do idioma, estimulando um sentimento comum de fraternidade entre as duas nações. Procuravam difundir uma imagem positiva da figura lusíada, comumente

²⁵ SGRJ. Estatutos da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 1, n. 1, p. 191, 1885.

²⁶ MARY, Cristina Pessanha. A geografia no Brasil nos últimos anos do império. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, p. 157, jul./dez., 2005.

²⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, 1995.

²⁸ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Fronteiras. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 380-381.

²⁹ *Ibid.*, p. 302.

associada ao “estrangeiro desonesto, usurário e explorador”.³⁰ Assim, o desejo de manter as tradições e o sentimento de solidariedade colaborou para o surgimento de instituições culturais, científicas, recreativas e assistenciais como o Liceu Literário Português (1868), o Clube Ginástico Português (1868), o Real Gabinete Português de Leitura (1887), entre outras. Vale lembrar que os imigrantes portugueses se distribuíram em diversos segmentos da sociedade brasileira, em especial no setor comercial urbano, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, ainda que a política imigratória estivesse direcionada para a substituição do trabalho escravo nas lavouras.³¹ Ao lado dos espanhóis e dos italianos, compunham um dos maiores contingentes de estrangeiros que aportaram no Brasil, entre a Independência e a Segunda Guerra Mundial.³²

A fundação da instituição do Rio de Janeiro deu-se dois anos depois da instalação da matriz de Lisboa (1876), cujo estabelecimento articulava-se com a política colonial no ultramar português. Sabe-se que na segunda metade do século XIX, a antiga metrópole reforçou seus interesses no continente africano. Até então, manifestava-se uma idéia difusa da importância potencial das possessões ultramarinas. As ações empreendidas restringiam-se a um reduzido número de empresários e de raros detentores de cargos coloniais. Com o surgimento da Sociedade de Geografia de Lisboa abriram-se as portas para oficiais de exército e da marinha, funcionários, engenheiros e técnicos de obras públicas, negociantes, proprietários, intelectuais de diversas origens. Personalidades que se destacavam no cenário das letras, da política e das armas.³³

A Sociedade de Lisboa tinha por objetivos: o estudo, a discussão, o ensino, as investigações e explorações geográficas nos seus diversos ramos e princípios, dedicando-se, sobretudo, aos fatos e documentos da nação portuguesa. Com vista à consecução de seus propósitos eram realizadas sessões, conferências, cursos livres, concursos e congressos. Incentivava-se a investigação e a promoção de expedições e de viagens; bem como a divulgação de publicações, a organização da biblioteca, do

³⁰ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. As relações culturais ao longo do século XIX. In: CERVO, Luiz Amado. (Org.). **Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000**. Brasília: UnB, 2000, p. 250.

³¹ FARIA, Sheila Castro. Imigrantes. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 352.

³² MESQUITA, Sérgio Luiz. **Sociedade Central de Imigração**. Dissertação. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

³³ VALENTIM, Alexandre, **Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)**. Lisboa: Afrontamento, 2000, p. 236.

arquivo e do museu, além de se manter a correspondência e relações de cordialidade com diversos centros e grêmios científicos. A política portuguesa de criar filiais se propagou a outras cidades, a exemplo de Braga, Porto, e também para o além mar, no Açores e no Brasil.³⁴

As novas correntes ideológicas apregoavam a supremacia da civilização européia ocidental. A defesa da superioridade da raça branca assegurava meios de civilizar os povos, reprimindo-os pelos mecanismos de submissão e pela eliminação das raças consideradas inferiores. Por conseguinte, os conceitos disseminados pelos teóricos do darwinismo social, e devidamente apropriados pelos interesses mercantis das grandes potências, que visavam à expropriação e à exploração econômica dos territórios africanos.³⁵

A Seção do Rio de Janeiro, ao que tudo indica, pretendia desenvolver uma política de continuidade em relação à matriz. Percebia o Brasil como um prolongamento do Império ultramarino. Idealizada pelo visconde de São Januário, teve como primeiro presidente o Senador Candido Mendes de Almeida. Participaram de sua criação catorze personalidades do cenário político, mas a proposta lisboeta seria abrandada à medida que o projeto colonial africano não se adequava à situação brasileira, como demonstram os estudos de Cristina Pessanha Mary.³⁶ Em outros momentos, por outro turno, aproximou-se do movimento romântico do *fin de siècle*, defendendo a inclusão da cultura indígena ao nacionalismo, estabelecendo, por assim dizer, a “costura entre o elemento português e o nativo”.³⁷

As atividades acadêmicas da Seção do Rio de Janeiro centravam-se no movimento das expedições geográficas e nas conferências a respeito da problemática da

³⁴ MARY, Cristina Pessanha. **A Sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o sonho de um império africano**. Tese. (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p. 85.

³⁵ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. As relações culturais ao longo do século XIX. In: CERVO, Luiz Amado. (Org.). **Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000**. Brasília: UnB, 2000, p. 250.

³⁶ MARY, 2006, op.cit., p. 100. As personalidades convidadas para a fundação da Seção Filial do Rio de Janeiro: visconde de Borges Castro; Antonio Luiz Von Hoonholtz, o barão de Tefé, visconde de São Salvador de Matosinhos, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, o barão de Ramiz, Boaventura Gonçalves Roque, o visconde do Rio Vez; Cândido Mendes de Almeida; Augusto Emílio Zaluar; Francisco Maria Cordeiro de Souza; General Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan, visconde de Beaurepaire Rohan; João Marçal Moreira Pacheco; Lucas da Costa Faria; Miguel Ribeiro Lisboa; Pedro Gastão Mernier; Wenceslau de Souza Guimarães.

³⁷ Ibid., p. 167.

delimitação das fronteiras ao norte do país. Em 1881, ocorreu um cisma entre os seus associados. Um grupo intencionava nacionalizar o grêmio, enquanto outro defendia a sua fidelidade ao programa expansionista português. A Seção se dividiu, e parte dos seus integrantes migrou para a recém-estabelecida Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.³⁸ A Sociedade de Geografia viria “preencher uma lacuna”, segundo seus fundadores, posto que se proclamava um verdadeiro “centro de pesquisa”, uma “agremiação especial”, útil tanto do ponto de vista científico como prático.³⁹

A participação em várias instituições culturais, científicas e literárias constituía uma prática comum entre os intelectuais oitocentistas. Médicos, advogados e engenheiros militares e muitos funcionários públicos integravam o corpo social dessas entidades.⁴⁰ As reuniões da Sociedade eram realizadas na Escola Pública Barão do Rio Doce, na Freguesia da Nossa Senhora da Glória. O local já era conhecido desde 1873 devido às chamadas “Conferências da Glória”, idealizadas pelo Senador Correia. Nestes encontros discutiam-se assuntos contemporâneos sobre os diversos ramos do conhecimento, a exemplo, da Literatura, Medicina, Geociências, entre outros saberes. A “tribuna da Glória” como ficou conhecido este espaço intelectual transformou-se num centro de debates polêmicos de interesse público, promovendo intensas discussões sobre as ciências.

A efervescência gerada pelas descobertas científicas e a valorização e promoção do saber repercutiram em todo o País. Este fato rompeu o século e as fronteiras do Rio de Janeiro, influenciando toda uma geração entusiasmada em propagar os bons ventos do conhecimento em periódicos, o meio de divulgação mais utilizado na época.⁴¹ Também foi cogitada a possibilidade de se ocupar algumas das salas da Escola Politécnica, visto que as sessões eram realizadas aos domingos, que não comprometeria as atividades acadêmicas. Seja com for, o que vale ressaltar são os laços de sociabilidades que aqui se

³⁸ MARY, Cristina Pessanha. **A Sessão da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o sonho de um império africano**. Tese. (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p.159.

³⁹ SGRJ. Introdução. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, n. 1, tomo.1, p. 7, 1885.

⁴⁰ Cf. COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 96.

⁴¹ Cf. FONSECA, Maria Rachel da. As conferências populares da Glória: a divulgação do saber científico. **Revista Manguinhos: História, Ciências e Saúde**, Rio de Janeiro: Fiocruz, vol. 2, n. 3, p. 135-166, nov./fev., 1996.

apresentam entre as instituições, um esforço comum para se instituir um novo reduto intelectual.

O núcleo realizava, além de sessões ordinárias, conferências e incentivava a participação e promoção de congressos científicos e explorações científicas e o intercâmbio com outras associações congêneres nacionais e estrangeiras. Inicialmente, o quadro social era formado por apenas duas categorias de filiados, os efetivos e os correspondentes. As vagas eram ilimitadas para ambos. Para ser admitido bastava ser indicado por outro membro da Sociedade. Tratando-se de uma instituição privada, seus rendimentos advinham principalmente da classe dos sócios efetivos.

Variadas foram as iniciativas tomadas pela Sociedade. Em 1884, por sugestão de Luiz Antonio von Hoonholtz, o barão de Teffé, a entidade auxiliou a edição do **Dicionário Geográfico do Brasil**, de autoria de Alfredo Moreira Pinto, o qual defendia a uniformidade dos termos geográficos e a substituição de denominações de cidades e vilas homônimas. A obra foi publicada em três volumes, sob o título “Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil”; e seria considerada a melhor produzida até aquele momento, dado o seu caráter informativo, por José Veríssimo da Costa Pereira.⁴²

Em 1885, os engenheiros Júlio Pinkas e Herbert Smith apresentaram na Sociedade o seu projeto de criação da estrada ferro Madeira-Mamoré. Defendiam a importância da via de comunicação do ponto de vista estratégico, político e comercial com objetivo de integrar a região do Amazonas ao restante do Brasil. Em que pesem os esforços da Sociedade, o projeto de Pinkas não foi levado adiante. A estrada de ferro Madeira-Mamoré, apelidada de “ferrovia do diabo”, só seria construída no período de 1907 e 1912, sob os auspícios do governo brasileiro, de acordo com o Tratado de Petrópolis de 1903, pactuado com a Bolívia e constituindo uma das reparações oferecidas àquele país pela perda do então território do Acre.⁴³

Outro empreendimento da Sociedade que obteve grande repercussão em vários periódicos nacionais e internacionais foi o transporte do meteorito de Bendegó do interior da Bahia para a Corte. Mas a Sociedade também se deixou influenciar pelo movimento das explorações geográficas, aludidos no início deste capítulo. Patrocinou

⁴² PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de. (Org.). **As ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 396.

⁴³ Sobre este assunto, ver HARDMAN, Francico Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

uma expedição a áreas desconhecidas do Mato Grosso⁴⁴, formada pelos militares Oscar de Oliveira Miranda, José Carlos da Silva Telles, Antonio Lourenço da Silva Telles Pires e Augusto Ximeno de Villeroy. É importante lembrar que aquela província era alvo das preocupações do governo de d. Pedro II, pois lá se concentravam uma armada e uma estação de pesquisa, além de diversas fortificações, algumas construídas no tempo colonial. Após a Guerra do Paraguai, o Império redobrou seus cuidados com a região. Apesar disso, as informações continuavam escassas e pouco confiáveis. Os melhores dados ainda estavam nos relatos de viajantes estrangeiros. Nomes como o explorador alemão Carl von den Steinen, cujas narrativas serviriam como apoio às missões do grupo.

Outra iniciativa que merece registro foi a Exposição Geográfica Sul-Americana, realizada em 1889, para comemorar a passagem do quinto aniversário da Sociedade. O evento contou com a participação do Chile, da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai, da Venezuela e da Argentina, além de diversas entidades nacionais, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Escola Politécnica, do Arquivo Militar, do Museu Nacional, do Observatório Imperial, do Arquivo Público do Império, da Repartição Hidrográfica, além da biblioteca particular de d. Pedro II e de material proveniente das províncias.

A Sociedade de Geografia também serviu de palco para discussões sobre problemas de limites interprovinciais, bem como de demarcação de fronteiras com países limítrofes. Acontecimentos, aliás, que alcançavam grande repercussão na imprensa e em outras instituições científicas ou culturais. No âmbito nacional, em 1885, Aristides Spínola apresentou na Sociedade um trabalho sobre os limites entre Goiás e Mato Grosso, afirmando o direito de Goiás de pleitear a divisa pelo Rio das Mortes. Naquele mesmo ano, José Carlos de Carvalho levantou a questão dos “Limites da província de Santa Catarina com o Paraná”, cuja demarcação considerava urgente. Em outra ocasião no mesmo ano, José Carlos de Carvalho apresentou um requerimento à Sociedade, no qual pedia urgência na demarcação dos limites entre as províncias de Santa Catarina e Paraná.

⁴⁴ Ver PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)**. Tese. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2002.

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, viria afetar o funcionamento da SGRJ. Afinal, a Sociedade fazia parte do conjunto de redutos acadêmicos patrocinados pelo ex-Imperador, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Medicina, o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, dentre outros.⁴⁵ Os novos donos do poder encaravam essas instituições com desconfiança. Viam-nas como redutos monárquicos. Por sinal, de fato, por lá costumavam circular indivíduos que representavam o regime deposto.

Mas, se do ponto de vista institucional a SGRJ enfrentou problemas financeiros e de ordem política, por outro lado, continuou a desfrutar de reconhecimento acadêmico. Tanto assim que Aristides Lobo, membro da Sociedade e ministro do Interior e da Justiça do generalíssimo Deodoro, cedeu para o funcionamento do grêmio algumas salas ocupadas pela ucharia do antigo Paço Imperial. Até então, suas reuniões tinham lugar na Escola Barão do Rio Doce, como já se apontou.⁴⁶ Esta observação é muito importante, pois na documentação da SGRJ, talvez por influência do saudosismo imperial, privilegiam-se as notícias sobre a falta de verbas oficiais e a censura imposta ao marquês de Paranaguá pelo governo de Floriano Peixoto. Porém, uma análise mais acurada daqueles testemunhos revela que as atividades continuaram a se desenvolver, prestigiadas inclusive por grandes especialistas estrangeiros. É certo que as referências recorrentes ao ex-imperador trouxeram algumas dificuldades para a entidade, entretanto, isto não abalou a intenção de seus associados de contribuir para ampliar os conhecimentos geográficos sobre a Nação debaixo da bandeira republicana.⁴⁷

O desaparecimento de D. Pedro II, presidente honorário da SGRJ, mereceu atenção nas páginas da **Revista**, “o protetor desvelado das letras, das ciências, das artes, da indústria, do comércio, em uma palavra, de todos os elementos de prosperidade, de civilização, de progresso e de grandeza da nossa pátria”.⁴⁸ O marquês de Paranaguá

⁴⁵ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 23.

⁴⁶ SGRJ. Ata da sessão ordinária de 06 de junho de 1890. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 7, 1891, p. 147. Este espaço também foi ocupado pela Repartição de Estatística e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁴⁷ Cf. CARDOSO, Luciene P. Carris. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**: Identidade e Espaço Nacional (1883-1909). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

⁴⁸ SGRJ. Necrologia, Ata da sessão de sete de setembro de 1891. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 7, p. 299, 1891.

relembrou os tempos de glória das sessões em que a associação costumava receber o ex-monarca e aproveitou a ocasião para relatar um trecho de uma carta pessoal de Sua Majestade, agradecendo a oferta dos últimos boletins e do catálogo da Exposição Geográfica Sul Americana de 1889⁴⁹. No Brasil, a SGRJ nomeou uma comissão especial para a cerimônia que “os amigos de D. Pedro II” organizaram. Na França, foi representada pelo filho do marquês de Paranaguá, José Paranaguá.

O ex-Imperador haveria de ser lembrado na Sociedade por anos. Em 1906, no 87º aniversário do marquês de Paranaguá realizou-se uma solenidade especial. Participaram antigos frequentadores do Paço Imperial, como Paulo de Frontin, barão de Alencar e José Barbosa Rodrigues, este último diretor do Jardim Botânico. O sócio Manoel de Oliveira Lima enalteceu o velho marquês que optou por afastar-se da vida política com advento do regime republicano, mas manteve-se fiel às suas “preocupações cívicas” como presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.⁵⁰

O certo é que as atividades de Sociedade prosseguiram. Em 1891, Antonio de Paula Freitas realizou um exame crítico dos estudos do geógrafo francês Henri Coudreau⁵¹, relativos aos limites do Brasil com a Guiana Francesa, publicados na **Revista da Sociedade de Geografia de Paris**, com o título **Le conteste franco-brésilien**. Por sinal, os litígios a respeito da demarcação de fronteiras também serviam para estimular os sentimentos patrióticos.⁵²

Tal qual ocorria no período imperial, a Sociedade continuou a abrir suas portas para ilustres viajantes após o advento da República. Em sessão de 18 de julho de 1893, recebeu o geógrafo francês Jean-Jacques Élisée Réclus, autor da conhecida obra “Nouvelle géographie universelle” em 18 volumes. Patrocinado pela Editora Hachette, ele veio ao Brasil coletar informações para o 19º volume, que deveria tratar da América Latina. Contribuição, aliás, que foi traduzida posteriormente, pelo barão de Ramiz

⁴⁹ SGRJ. Necrologia, Ata da sessão de sete de setembro de 1891. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 7, p. 299, 1891.

⁵⁰ SGRJ. Ata da sessão ordinária 21 de agosto de 1906. Ibid. Rio de Janeiro, tomo 19-20-21, p. 63, 1906-1908.

⁵¹ Cf. PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)**. Tese. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2000, p. 417.

⁵² SGRJ. Ata da sessão de 22 de outubro de 1891. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 8-9, 1892-1893, p. 209.

Galvão, com o título “Estados Unidos do Brasil”, publicada em 1900, acompanhada de algumas anotações do barão do Rio Branco a respeito do território contestado entre o Brasil e a França. A obra não obteve uma repercussão considerável, nas palavras de José Veríssimo da Costa Pereira: “[...] a descrição do país obedeceu ao critério das regiões naturais e constituiu uma novidade quanto ao método de apresentar as sínteses geográficas”.⁵³

A Sociedade conferiu-lhe o diploma de sócio honorário, título especialmente concedido para aqueles que se distinguiam pelos “seus conhecimentos teóricos e práticos em geografia e ciências conexas”. Para a Sociedade, a visita do célebre geógrafo era duplamente benéfica tanto para o melhor reconhecimento do território brasileiro quanto para o desenvolvimento da ciência.⁵⁴

Embora perseguido na França por sua militância anarquista, o geógrafo possuía renome internacional e desfrutava de sólida reputação no mercado editorial.⁵⁵ Élisée Réclus proferiu uma rápida palestra na Sociedade de Geografia, uma espécie de resultado preliminar das suas observações de campo. Privilegiou aspectos da cidade do Rio de Janeiro e do estado de São Paulo.⁵⁶ De um modo geral, revelou-se encantado com a paisagem natural que circundava a então capital da República.⁵⁷

À guisa de informação, cabe lembrar que o 19º volume da **Nouvelle géographie universelle** foi lançado na França em 1894. Seis anos mais tarde, a parte relativa ao Brasil foi publicada em português, com o título **Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatística, por Élisée Réclus**, traduzida por Ramiz Galvão e com notas do barão do Rio Branco. É inquestionável que a viagem de Élisée Réclus ao Brasil trouxe uma contribuição positiva para o conhecimento geográfico, como sublinhou o barão de Ramiz, apesar dos equívocos apontados. Além da nitidez das

⁵³ Cf. PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)**. Tese. (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2000, p. 55.

⁵⁴ MELLO, Francisco I. Marcondes Homem de. Discurso do Barão Homem de Mello, Mr. Elisée Réclus: sessão extraordinária em 18 de julho de 1893 em honra ao sábio geógrafo francês. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 11, 1895, p. 38.

⁵⁵ RÉCLUS, Elisée. **Estados Unidos do Brazil: geografia, etnografia, estatística**. Tradução e breves notas de barão de F. Ramiz Galvão e anotações sobre o território contestado pelo barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 34. No Rio de Janeiro, Élisée Réclus também visitou outras instituições científicas e culturais, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁵⁷ *Ibid.*

reflexões sobre o quadro político nacional nos anos subsequentes à proclamação da República, suas minuciosas observações de campo, sistematizadas na **Nouvelle Géographie Universelle**, mostravam-se pertinentes, inspiradas nas teorias então vigentes, tais como, o evolucionismo, o darwinismo e o determinismo de seu ex-mestre, Karl Ritter.⁵⁸

Por outro lado, há que se destacar a abordagem comparada e a atualidade das análises de Réclus. No caso brasileiro, dentre outros temas tratados, cabe salientar a preocupação com a preservação do meio-ambiente, a problemática das monoculturas, o aproveitamento racional da floresta amazônica, o desequilíbrio da divisão político-administrativa do território brasileiro, a relação entre a pobreza rural e a estrutura fundiária, questões, enfim, que apontam para o que hoje em dia se entende por geografia social. Segundo Manuel Correia de Andrade, para Réclus, a geografia era uma ciência, o homem e a natureza formavam um conjunto harmonioso, existiria “uma relação entre o meio ambiente e o homem, provocando a sua ação, modificando-o, transformando-o e conduzindo-o à produção do espaço”.⁵⁹ Além disso, compreendia uma simbiose entre a geografia e a história, “a geografia não é outra coisa que a história no espaço, assim como a história é a geografia no tempo”.⁶⁰

Outro viajante que também circulou pelas salas da Sociedade de Geografia, foi o austríaco barão Ernst von Hesse-Wartegg (1854-1918). Ele pronunciou uma conferência sobre “A Corte Imperial, o Governo e a Sociedade da China” em 1903. Discorreu em francês, durante cerca de duas horas, sobre o tema prendendo a atenção de uma platéia formada de ilustres personalidades, como o então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, José Joaquim Seabra.⁶¹

Personalidades femininas também começaram a se fazer presentes na instituição, que entre outras recebeu a visita da educadora e médica de origem belga

⁵⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. **Élisée Réclus**. São Paulo: Ática, 1985, p. 20-21.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ DUARTE, Regina Horta. Natureza e sociedade, evolução e revolução: a geografia libertária de Elisée Réclus. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 26, n. 51, 2006, p. 11-24.

⁶¹ SGRJ. Ata de 22 de junho de 1903. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 18, 1915, p. 37. O viajante austríaco já havia visitado diversos lugares do mundo, inclusive o Japão e a China, os Estados Unidos e alguns países da América do Sul. O volume citado era dedicado ao Brasil e aos países da Bacia do Prata, pois estas áreas apresentavam maiores vantagens econômicas para a introdução de colonos alemães. Von Hesse excursionou pelo continente três vezes, entre os anos de 1903 e 1913 e, na sua opinião, a região era promissora para os futuros colonos.

Marie Rennote Robinson Wright (1852-1942). Ela que doou, pessoalmente, em 1903, sua obra “The New Brazil”, com várias ilustrações e fotografias da cidade de São Paulo da virada do século.⁶² A visitante se destacou no cenário cultural e científico paulistano, sendo considerada por muitos estudiosos como personalidade que revolucionou a educação do país com as seus ideais.⁶³

Em 1905, a Sociedade de Geografia mandou representantes ao 8º. Congresso Internacional de Geografia realizado na cidade norte-americana de Saint Louis, junto com a Exposição Universal, “com direito a assistir as sessões, sem voto, e a gozar da biblioteca e sala de mapas”.⁶⁴ Naquele ano, na mesma época realizou-se no Rio de Janeiro a Terceira Reunião do Congresso Científico Latino Americano entre os dias 6 e 16 de agosto.⁶⁵ O evento recebeu a colaboração de diversas instituições nacionais e estrangeiras, abrangendo cerca de treze países da América Latina. A convocação do Congresso revelava a preocupação de se instaurar um fórum de discussão permanente no continente, semelhante aos que já aconteciam na Europa.⁶⁶

Seja como for, apesar do sucesso obtido na organização daquele evento internacional, no âmbito interno, a Sociedade passava por sérias dificuldades pecuniárias, o que redundava em sucessivos atrasos na publicação da **Revista**, que entre os anos 1902 e 1906 teve sua edição interrompida.⁶⁷ Apesar dos percalços, a Sociedade continuou a manter correspondência com mais de 150 associações congêneres na América e na Europa. Por certo, o intercâmbio com outras associações científicas,

⁶² SGRJ. Ata da sessão de 05 de dezembro de 1903. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 18, 1915, p. 40.

⁶³ Cf. LUCA, Leonora de; LUCA, João Bosco de Assis de. Marie Rennote, pedagoga e médica: subsídios para um estudo histórico-biográfico e médico-social. **Revista Manguinhos: História, Ciências e Saúde**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, 2003, p. 703-725. Professora formada, aos quarenta anos de idade completou o curso de medicina na prestigiada Woman’s Medical College of Pennsylvania, especializada na área de ginecologia e obstetrícia. Em 1895, conseguiu validar o seu diploma de médica no Brasil, defendendo a tese “Influência da educação da mulher sobre a medicina social”, perante uma banca organizada pela cadeira de Higiene e Mesologia da Faculdade de Medicina e de Farmácia do Rio de Janeiro, chefiada por Benjamin Antônio da Rocha Faria.

⁶⁴ SGRJ. Ata da sessão ordinária de 25 de setembro de 1905. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 15, 1902-1906, p. 61.

⁶⁵ O Primeiro Congresso Científico Latino-Americano foi realizado na Argentina em 1898 e o Segundo Congresso no Uruguai em 1901.

⁶⁶ FREITAS, Antônio de Paula. (Org.). **Relatório Geral da Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano: Trabalhos preliminares e inauguração do Congresso**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 169.

⁶⁷ SGRJ. Ata da sessão ordinária de 20 de maio de 1902. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, p. 92.

constituía-se numa estratégia para atrair a atenção das autoridades republicanas, uma vez que a associação se definia como de utilidade pública para o país.⁶⁸

A propósito de comemorar a passagem dos 87 anos da Independência nacional, a Sociedade convocou um congresso de geografia, de âmbito nacional. O evento teve lugar no Rio de Janeiro entre os dias 22 e 30 de setembro de 1909, patrocinado pelo governo federal. Contudo, a SGRJ se esforçou para dar à geografia brasileira, naquele evento, padrões científicos de modo a seguir as recomendações da última jornada internacional da disciplina, realizada em Genebra no ano de 1908.

O sucesso alcançado pelo Primeiro Congresso de Geografia do Rio de Janeiro em 1909 projetou novamente a SGRJ no cenário nacional. Mas a conjuntura política não se mostrava favorável. O país atravessaria uma longa crise política, fruto da campanha para a sucessão presidencial, com a morte de Afonso Pena.⁶⁹ A Sociedade voltaria a sofrer problemas de falta de recursos, o que acarretou o atraso na publicação de seus periódicos e dos anais do congresso. Para suprir a lacuna dos anos em que a **Revista** não foi publicada, o redator Lindolfo Otávio Xavier optou por oferecer uma grande síntese da situação política do país, acrescida dos principais eventos promovidos pela SGRJ entre 1909 e 1911, bem como de uma breve reflexão acerca do desenvolvimento do saber geográfico. De qualquer modo, as dificuldades encontradas nos primeiros anos do regime republicano não atrapalharam o compromisso da entidade em descortinar o território nacional para os brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento da disciplina.

⁶⁸ SGRJ. Ata da sessão ordinária de 16 de abril de 1907. **Revista da SGRJ**. Rio de Janeiro, tomo 15, p. 94.

⁶⁹ Sobre este assunto ver: FAUSTO, Boris. (Org.). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História Geral da Civilização Brasileira; tomo 3; vol. 8)